

Relatório de gestão

Em cumprimento do determinado no nº 2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), elaborou-se o presente Relatório de Gestão respeitante ao ano financeiro de 2011 constituindo assim um dos documentos de prestação de contas.

O presente relatório apresenta de uma forma breve uma síntese do que foi o ano de 2011, fazendo nalguns casos uma comparação com o ano de 2010.

Este por sua vez, encontra-se dividido por partes fazendo observações quer à política orçamental seguida, quer à situação económica e financeira, passando pela dívida, indicadores de gestão e proposta para aplicação de resultados.

Assim, temos:

1 - Quadro evolutivo da política orçamental desenvolvida.

O Município fez algumas alterações orçamentais ao longo do ano como forma de ajustar algumas rubricas à evolução da despesa ao longo do ano, tendo ainda procedido a alterações orçamentais na receita.

Esta ultima, evoluiu de forma gradual ao longo do ano tendo sido obtido um grau de execução na ordem dos 48%.

Para aquele grau, em termos de execução, contribuíram essencialmente os capítulos:

Rubricas	2011	2010	2009
01 – Impostos directos	120,21	118,40	111,39
02 – Impostos indirectos	89,76	101,06	74,33
04 – Taxas, multas e outras penalidades	121,77	65,89	52,11
06 – Transferencias correntes	78,08	77,67	83,38
10 – Transferencias de capital	52,99	38,73	48,03

Quanto ao peso de cada um dos capítulos no total da receita, temos o quadro seguinte que evidencia aquela situação, notando que estes representam cerca de 91% da receita cobrada:

Rubricas	2011	%
01 – Impostos directos		5,33
02 – Impostos indirectos		0,17
04 – Taxas, multas e outras penalidades		0,38
06 – Transferências correntes		45,98
10 – Transferências de capital		39,54

Refira-se, que merece ainda especial destaque uma análise das transferências e subsídios obtidos, uma vez que representam 85% do total da receita, de forma a mostrar quer a importância destes, quer a sua origem:

Rubricas	2011	2010	2009	€
Transferências do orçamento do Estado	6.739.400,00	7.095.909,13	7.027.244,00	
Outros	109.737,58	179.942,20	162.842,23	
Exterior (Fundos comunitários)	1.074.966,64	58.737,30	759.845,28	

Quanto à despesa, foi obtido um grau de execução orçamental na ordem dos 55%, que se pode comprovar no mapa de *execução orçamental da despesa*.

Numa análise, por natureza económica, podemos concluir que os capítulos que contribuíram para aquela execução, representando cerca de 79% da despesa total, foram essencialmente os seguintes:

01 – Despesas com pessoal
02 – Aquisição de bens e serviços
07 – Aquisição de bens de capital
08 – Transferências de capital

No que respeita às *Grandes Opções do Plano* e fazendo uma análise dos investimentos executados por objectivo e programas, verifica-se que a maior percentagem de investimento vai para os objectivos *Económico e Outras* que absorvem cerca de 50,% e 28% respectivamente, do total do investimento.

Quanto aos programas que mais se destacam em termos de investimento constam do quadro seguinte:

Rubricas	2011	2010	2009	%
252 – Desporto, Recreio e Lazer	47,42	14,24	5,56	
330 – Transportes e comunicações	3,72	21,31	28,81	
420 – Transferências entre administrações	11,30	15,31	24,29	
430 – Diversas não especificadas	10,47	17,30	13,79	

Da observação do quadro supra denota-se uma preocupação por determinados sectores estratégicos onde o Município mais tem investido.

2 - Quadro evolutivo da situação económica e financeira

- Análise do Balanço

O Balanço apresenta uma estrutura equilibrada, reflectindo em 31 de Dezembro de 2011, a situação geral do Município em termos económicos e financeiros.

Encontram-se em fase de conclusão parte das imobilizações em curso, pelo que em breve constarão das imobilizações corpóreas, apesar de que no ano que terminou se terem concluído algumas procedendo-se à sua entrada em funcionamento.

Nos pontos seguintes apresentar-se-ão alguns rácios para uma observação de algumas rubricas do Balanço, fazendo-se uma comparação com o ano de 2010.

- Demonstração de resultados

No ano de 2011 o resultado líquido é negativo, aquele resultado é explicado pelo aumento dos custos, na sua generalidade, mas também à diminuição dos proveitos nomeadamente os relativos a transferências.

3 - Evolução da dívida do Município

No que respeita a este ponto, pode afirmar-se que a estrutura da dívida aumentou em 2010 dado que foi celebrado um novo contrato de empréstimo, no valor de 4.600.00,00 €, que apesar de estar depositado nas contas do Município, ainda não foi utilizada a maior parte do mesmo.

No entanto em 2011, o Município continuou a fazer amortizações dos empréstimos que tem, tendo por isso reduzido a dívida em 2011, face a 2010.

€

	2009	2010	2011
Capital em dívida	2.967.571	7.283.653	6.985.007

4 - Indicadores de gestão

O cálculo de alguns indicadores de gestão é um aspecto importante, uma vez que aqueles fornecem informação que permite fazer um acompanhamento da administração financeira tanto no domínio orçamental, como económico, financeiro e patrimonial.

Assim, temos:

- Indicadores de natureza orçamental

Descrição	%	
	2011	2010
Cobertura das despesas pela receita	0,847	0,996
Peso das despesas correntes nas receitas correntes	1,137	1,129
Peso das despesas de capital nas receitas de capital	1,244	0,765
Peso da despesa total na receita total	1,180	1,004

Da análise dos indicadores supra conclui-se que as receitas não cobrem o total das despesas.

Por outro lado, verifica-se que as despesas de capital são superiores às receitas de capital.

Continua no entanto a evidenciar-se que a receita corrente não cobre a despesa corrente.

De forma geral verifica-se uma deterioração dos indicadores face a 2010.

- Indicadores de natureza financeira

Descrição	%	
	2011	2010
Liquidez geral	0,33	0,47
Liquidez reduzida	0,13	0,46
Liquidez imediata	0,33	0,16
Solvabilidade	0,98	1,15

Analisando os rácios calculados, podemos concluir que a liquidez reduzida teve grande variação face a 2010, neste caso, aquele indicador piorou

A liquidez imediata, ou seja, a aptidão ou capacidade da entidade para fazer face aos seus compromissos a curto prazo, melhorou face a 2010.

No que respeita à liquidez geral, o facto de ser menor que 1 significa que o Fundo de Maneio é menor que zero ou insuficiente, quer isto dizer que os capitais circulantes (disponibilidades, dividas de terceiros e existências) não cobrem o exigível de curto prazo (dividas a terceiros).

Refira-se ainda que este rácio deveria oscilar entre 1,3 e 2 para que estivéssemos perante valores aceitáveis.

No que respeita aos restantes indicadores de liquidez, reduzida e imediata são igualmente baixos o que indica, à semelhança do primeiro, uma fraca capacidade de fazer face a compromissos de curto prazo.

Por último e no que concerne à solvabilidade encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis, o que significa que a entidade tem capacidade para que no longo prazo faça face aos seus compromissos sem qualquer problema, atendendo ao valor encontrado, uma vez que este rácio deverá rondar os 0,5.

5 - Proposta de aplicação de resultados

Na aplicação do resultado líquido do exercício deverá ter-se em conta o disposto no ponto 2.7.3.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (decreto-lei 54-A/99 de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela lei 162/99 de 14 e Setembro, decreto-lei 315/2000 de 2 de Dezembro e decreto-lei 84-A/2002 de 5 de Abril), que menciona a obrigatoriedade do reforço do património até que o seu valor contabilístico corresponda a 20% do activo líquido.

Por outro lado, neste caso concreto o resultado líquido do exercício é negativo, deste modo deverá apenas ser transferido para a conta de resultados transitados.

Figueira de Castelo Rodrigo, 09 de Abril de 2012

O Presidente da Câmara

(António Edmundo Freire Ribeiro)